



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0140834-67.2020.6.05.8000
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021
INTERESSADO : SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES, MATERIAL E PATRIMÔNIO
ASSUNTO : Pregão 15/2021

Parecer nº 383 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. Retornam os autos a esta unidade consultiva, desta vez de modo prévio à homologação do Pregão nº 15/2021, suscitando a ASSESD acerca de divergências quanto ao objeto do certame, nos seguintes termos (doc. nº 1692410):

"Da análise preliminar do procedimento licitatório, observa-se divergência entre o objeto da contratação indicado no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico n.º 15/2021 e aquele constante do Anexo I do mesmo, Termo de Referência- TR, que o integra.

O Trâmite da fase externa do pregão ocorreu para licitação de Contratação de serviço de manutenção corretiva ao sistema de câmeras digital (CFTV digital) com software de monitoramento de imagens DIGIFORT, especialmente no equipamento NVR02, localizado na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

No TR que integra o Edital, o objeto é descrito como Contratação de prestação de serviços de manutenção corretiva no equipamento NVR 02, integrante do sistema de câmeras digital IP (CFTV digital) com software de monitoramento de imagens DIGIFORT, localizado na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Na especificação do serviço de manutenção do equipamento NVR02, constante do TR, há, inclusive, previsão de troca do equipamento.

Ao que parece, foi o objeto previsto no TR que norteou a cotação da licitação, documentos n.ºs 1644027, 1644924, 1644927, 1644932, 1649794. Contudo, constata-se que, após a conclusão do procedimento, o objeto foi adjudicado pelo melhor lance ofertado, no valor de R\$ 25.890,00, menor que as cotações que instruem os autos, documentos n.ºs 1616496 e 1650123.

Assim, diante das informações acima, sugerimos o encaminhamento à ASJUR, solicitando, *mui respeitosamente*, pronunciamento sobre a divergência apontada quanto ao objeto da licitação apresentado, de modo a esclarecer se a situação pode ser considerada como superada e o procedimento homologado, bem assim a contratação formalizada para a prestação do serviço de manutenção do sistema de câmeras digital (CFTV digital) com software de monitoramento de imagens DIGIFORT, especialmente no equipamento NVR02."

2. Compulsando os autos, constatamos que antes da deflagração do certame a unidade demandante alterou o objeto da contratação, para indicar que o serviço de manutenção corretiva compreenderia o "equipamento NVR 02", após supor que o valor inicialmente estimado pela Administração estaria se referindo à manutenção de todo o sistema de câmeras CFTV (doc. nº 1635195).

3. Feito isso, oportunizou-se às empresas a oferta de novas propostas, esclarecendo-se, na ocasião, "que o Setor demandante dos serviços, realizou algumas alterações no Termo de Referência", conforme texto padrão visto nas tratativas feitas pela SEAQUI (docs. nºs. 1644924, 1644927 e 1644932).

3.1. Ao final de tal diligência, a estimativa alcançou o valor de R\$39.995,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais), conforme se vê no doc. nº 1650123.

4. Considerando que o novo valor estava acima da primeira estimativa (R\$38.275,00), no Parecer nº 238/2021 (doc. nº 1658317), de lavra desta Assessoria, foi solicitado que a SEAQUI confirmasse se, de fato, as empresas compreenderam a mudança operada no TR.

4.1. No doc. nº 1663684 a unidade responsável pela cotação registrou: "(...) *parece a esta Seção que as alterações providenciadas não mudam na essência o serviço a ser realizado, e as propostas recebidas e atualizadas demonstram isso*". Antes, esclareceu:

"Vale dizer que, pelo que podemos avaliar, o equipamento apontado como defeituoso (servidor de alta capacidade) é provavelmente o de valor mais expressivo do sistema, sendo de se pressupor que, ao se aventar a necessidade de substituição deste, decerto **o fornecedor tende a repassar em seu orçamento o custo com a sua aquisição**.

Entendemos inclusive ser o que ensejou a manutenção dos orçamentos, no caso de duas das empresas que ofertaram propostas. Na especificação anterior já se previa a eventual necessidade de *reposição* do equipamento. É dizer, **o empresário tende a formular seu preço para o pior cenário**, vez que, não estando claro o defeito em si, existe a possibilidade de trocar o equipamento.

Quanto à empresa que majorou seu preço, não vislumbramos eventual incompreensão, de sua parte, acerca das especificações postas, tendo esta Seção enfatizado em todas as comunicações o encarte do Termo de Referência e das alterações promovidas pela área demandante (vide documentos 1644924, 1644927, 1644932, 1649737). Trata-se, aliás, de prática rotineira desta Seção o encaminhamento das especificações com o merecido destaque."

5. Sendo assim, aprovamos a documentação (Parecer nº 265, doc. nº 1665554), considerando que restou superada tal pendência.

6. Após publicação do edital, foi formulado pedido de esclarecimento (doc. nº 1686491), *in verbis*:

"Analisando o edital de referência do Pregão 15/2021, vimos que um equipamento está sem funcionar. Pensando nas possíveis soluções definitivas, podemos colocar um equipamento novo de primeiro uso. Caso optemos por esta solução, o custo deste material seria da Contratada ou Contratante?"

6.1. A resposta foi devidamente divulgada no Comprasnet, para todos os concorrentes, asseverando-se:

"Encaminhamos abaixo resposta do setor demandante ao seu questionamento: 'Respondendo a solicitação do licitante, informo que, caso ele julgue necessário, poderá sim substituir o equipamento por um novo. O custo será do contratado, que deverá prever esse custo em sua proposta. '"

7. A informação em fase de esclarecimentos, a nosso ver, permitiu a todos os interessados a oferta de proposta baseada em eventual substituição do equipamento defeituoso.

8. Entretanto, forçoso admitir que, ao final, o objeto da contratação acabou não sendo corretamente delimitado. Ao contrário, carregou uma certa indefinição, que, não raro, leva a oferta de preço incompatível com a realidade, podendo caracterizar-se tanto como inexequível, ou mesmo, com sobrepreço.

8.1. In casu, a Administração não tem como identificar se o valor ofertado pela vencedora refere-se ao conserto ou à substituição do equipamento. E mais, se realmente a câmara precisará ser trocada por outra, em razão de não mais ser possível, ou mesmo vantajosa, a realização de manutenção corretiva. Neste ponto, em alguns casos, o conserto, embora possível, tem valor tão alto, que a substituição do bem revela-se medida mais vantajosa.

9. Cumpre, assim, trazer à lume o que diz a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10520/2002 acerca da questão:

Lei 8.666/93

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

Lei nº 10520/2002

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

(...)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

(destacamos)

10. Ainda sobre o tema, a Súmula 177 do TCU:

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão". (grifamos)

11. Ante todo o exposto, julgamos que, para além de mera divergência, o edital do pregão nº 15/2021 apresenta descrição imprecisa do objeto da contratação, o que consiste em vício insanável, merecendo, assim, que se promova a **anulação** do certame, oportunizando-se aos concorrentes o contraditório e a defesa, nos termos previstos no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, que reza:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa."

12. A par disso, sugerimos que a área demandante deflagre novo processo, impondo-se, antes da feitura de termo de referência, buscar orçamentos de empresas especializadas, a fim de apresentar o correto diagnóstico para a questão.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 13/08/2021, às 15:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1696246** e o código CRC **0DCB603F**.



0140834-67.2020.6.05.8000

1696246v15